

ADS ER Eólica Vento Aragano I S.A.

CNPJ/MF nº 14.492.644/0001-59

Balanco Patrimonial 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)									
Ativo	Notas 31/12/2023 31/12/2022			Receitas líquidas de vendas	Notas 31/12/2023 31/12/2022		Saldo em 31 de dezembro 2021	Notas	Capital social	Reserva Legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido			
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023		31/12/2022	2021							2022			
Ativo circulante				14	16.454	16.875										
Caixa e equivalentes de caixa	7	3.949	15.226	Custo dos produtos vendidos	15	(8.912)	(6.528)					5.827		5.827		
Partes relacionadas	8	898	–	Lucro bruto		7.542	10.347	13	–	291	–	(291)	–	–		
Contas a receber de clientes	9	3.173	3.653	Despesas operacionais				13	–	–	–	(1.384)	(1.384)	–		
Impostos a recuperar		4	4	Gerais e administrativas	16	(937)	(1.222)	13	–	–	4.152	(4.152)	–	–		
Outros créditos		107	52	Outras receitas (despesas) líquidas		1.089	461	13	–	–	–	–	–	–		
Total do ativo circulante		8.131	18.935	Lucro operacional		7.694	9.586	Saldos em 31 de dezembro de 2022								
Ativo não circulante				Resultado financeiro, líquido	17	(1.973)	(2.770)	Lucro líquido do exercício	13	–	–	–	4.599	4.599		
Títulos e valores mobiliários	10	14.640	3.017	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		5.721	6.816	Constituição de reserva legal	13	–	231	–	(231)	–		
Depósito judicial	15	36	31	Lucro líquido do exercício		4.599	5.827	Dividendos mínimos obrigatórios	13	–	–	–	(1.092)	(1.092)		
Direito de uso de ativos	11	1.448	1.436	Lucro líquido do exercício		4.599	5.827	Dividendos adicionais propostos	13	–	–	(6.061)	–	(6.061)		
Imobilizado	12	68.768	71.280	Lucro líquido do exercício		4.599	5.827	Constituição de reserva de lucros	13	–	–	3.276	(3.276)	–		
Intangível	13	2.149	2.339	Lucro líquido do exercício		4.599	5.827	Saldos em 31 de dezembro de 2023						48.829		
Total do ativo não circulante		87.041	78.103	Lucro básico e diluído por ação – RS	19	0,08	0,11	<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>								
Total do ativo		95.172	97.038	<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>			Demonstração dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)									
Passivo				Demonstração do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				Notas 31/12/2023 31/12/2022			Notas 31/12/2023 31/12/2022					
Passivo circulante				Lucro líquido do exercício		4.599	5.827	Fluxo de caixa das atividades operacionais								
Empréstimos e financiamentos	14	5.423	5.388	Resultado abrangente		4.599	5.827	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	5.721	6.816	Imposto de renda e contribuição social pagos		(771)	(692)		
Passivo de arrendamento	11.b	35	420	<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>			Caixa líquido proveniente das atividades operacionais									
Fornecedores		69	339	Lucro líquido do exercício		4.599	5.827	Ajustes			Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Obrigações sociais e trabalhistas		425	268	Resultado abrangente		4.599	5.827	Depreciação e amortização	16	5.275	5.397	Títulos e valores imobiliários		(9.798)		
Tributos a pagar		139	69	<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>			Fluxo de caixa das atividades de investimentos									
Imposto de renda e contribuição social a recolher		188	180	curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. b) Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários são registrados, inicialmente, a valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. Incluem aplicações financeiras de liquidez imediata e constituem garantias para cobertura dos financiamentos da Companhia, conforme previsto no Contrato de Financiamento junto ao BNDES (Nota Explicativa no 10). c) Contas a receber de clientes: Registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados a valor presente, quando necessário. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão para perdas de crédito esperadas, constituída com base em análise das contas a receber considerando o critério de perda esperada e em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na sua realização. As contas a receber têm origem nos valores de venda de energia LER, onde os valores são faturados conforme geração efetiva, dentro da quota de energia leiloadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) em operações destinadas à contratação de energia de reserva. Ao vencer o leilão a Companhia se compromete a gerar e entregar energia exclusiva para as cotas de energia de reserva contratada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”). O recebimento da comercialização LER ocorre mensalmente na proporção de 1/12 da cota anual contratada. d) Imobilizado: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando necessário. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado, quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas de encerramento dos exercícios e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:												
Dividendos a pagar	16	2.476	1.384	2023	2022											
Outras contas a pagar		3.464	836	25	25											
Total do passivo circulante		12.219	8.884	10	10											
Passivo não circulante				Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas), líquidas” nas demonstrações do resultado. e) Intangível: Representado por licenças e direitos para implantação e operação, com vida útil definida e adquiridos de terceiros, são registrados ao custo e serão deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base no prazo do Contrato de Energia de Reserva (“CER”), 20 anos a partir do início das operações. f) Redução ao valor recuperável – “impairment” No fim de cada exercício, a Administração da Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos não serão recuperáveis pelas operações ou por sua alienação. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de estimar o montante de perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável individual de um ativo, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. O montante recuperável é o maior entre o valor justo (menos os custos na venda) ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do referido ativo. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. g) Instrumentos financeiros – pronunciamiento técnico CPC 48: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Classi-												
Empréstimos e financiamentos	14	30.434	35.373													
Passivo de arrendamento	11.b	1.386	1.156													
Provisões para perdas com processos judiciais	15	98	242													
Provisão para desmobilização	14	2.206	–													
Total do passivo não circulante		34.124	36.771													
Patrimônio líquido																
Capital social		46.104	46.104													
Reserva legal		572	341													
Reserva de lucros		2.153	4.938													
Total patrimônio líquido		48.829	51.383													
Total do passivo e patrimônio líquido		95.172	97.038													
<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>																
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)																
1. Contexto operacional – A ADS ER Eólica Vento Aragano I S.A. (“Companhia”), anteriormente NCEER Eólica Vento Aragano I S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Rio Grande- RS, constituída em 13 de outubro de 2011, a qual foi adquirida pelo Grupo NC em 29 de dezembro de 2017 e tem como objeto social: (a) receber outorga de autorização pelo Ministério de Minas e Energia (“MME”) para estabelecer-se como produtor independente de energia; (b) desenvolver estudos, projetar, implantar, construir, operar, manter e explorar o empreendimento de geração de energia elétrica de fonte eólica denominado Corredor Vento Aragano I (“Corredor Vento Aragano I” ou o “Projeto”); (c) comercializar a energia gerada pelo empreendimento; e (d) celebrar Contrato de Energia de Reserva relativo à energia negociada no âmbito do Leilão no 03/2011. O Projeto possui capacidade instalada de 29,7 MW, tendo sido vencedor do Leilão de Energia de Reserva (“LER”) realizado em 18 de agosto de 2011 (“LER 2011”), comercializando 13,8 MWm, pelo prazo de 20 anos. O Projeto faz parte do Complexo Corredor do Senandes (“Complexo”), constituído por 04 parques eólicos, que totaliza capacidade instalada de 108,0 MW, tendo comercializado 50,5 MWm no LER 2011. Esses parques compartilham a mesma subestação e linha de transmissão. O parque da Companhia é composto por 11 aerogeradores no total, todos em plena operação. O projeto está autorizado, pelo Ministério de Minas e Energia (“MME”), a operar como produtor independente de energia elétrica até o ano de 2047. Operacionalmente, é realizada a medição mensal da energia gerada, e é feito o adiantamento dos valores pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”). Após o prazo médio de 60 dias, é feito o faturamento efetivo e baixa dos valores antecipados. A Companhia é controlada diretamente pela acionista NCEER Complexo Eólico Corredor dos Senandes S.A. (“Complexo do Senandes”) e indiretamente pela NC Energias Renováveis S.A. (“NCEER”).																
2. Base de preparação, mensuração e declaração de conformidade – As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP), com base nos pronunciamentos, orientações e interpretações contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir. Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real – R\$, que é a moeda funcional da Companhia.																
3. Uso de estimativas e julgamentos – A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e estabeleça premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes são revisados continuamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue: Julgamentos e estimativas relevantes: a) Vida útil do ativo imobilizado: A Companhia reconhece a depreciação de seu ativo imobilizado com base em vida útil estimada, que é baseada nas suas práticas e experiência prévia e refletem a vida econômica desses ativos. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar em decorrência de diversos fatores. As vidas úteis do imobilizado também afetam os testes de recuperação de seu custo. b) Redução dos valores de recuperação dos ativos: A cada encerramento de exercício, a Companhia revisa os saldos dos ativos intangíveis, imobilizado e direito de uso, avaliando a existência ou não de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo por meio do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário. c) Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas: A Companhia não parte em processos judiciais como descrito na nota explicativa nº 12. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que as provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.																
4. Políticas contábeis materiais – A Companhia aplicou as políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. a) Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de																

Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, a Companhia descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimo. Segue abaixo taxas de desconto aplicadas:

	Contratos 2023	Contratos 2022
Até um ano	13,74%	15,16%
Até dois anos	13,10%	14,97%
Até cinco anos	12,44%	13,93%
Até dez anos	13,00%	14,04%
Até vinte anos	13,30%	14,15%
Acima de vinte anos	13,30%	14,15%

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: **• Pagamentos fixos**, incluindo pagamentos fixos na essência; **• Pagamentos variáveis de arrendamento** que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; **• Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário**, de acordo com as garantias de valor residual; e **• O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção**, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em “ativo imobilizado” e passivos de arrendamento em “empréstimos e financiamentos” no balanço patrimonial. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, inferior a 12 meses, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **i) Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **ii) Provisões:** Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício apresentado, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. A provisão para riscos trabalhistas, civis e tributários está registrada de acordo com a avaliação de risco (perdas prováveis) efetuada pela Administração da Companhia e por seus consultores jurídicos, inclusive quanto à sua classificação no longo prazo. A provisão para desmobilização de ativos imobilizados é contabilizada de acordo com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e a ICPC 12 – Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares. As provisões da Companhia referem-se à obrigação legal e foram determinadas com base nos custos estimados a incorrer no desmantelamento, desinstalação e remoção dos aerogeradores e obras civis, quando do término do contrato de arrendamento. **k) Lucro básico e diluído por ação:** Básico: calculado com base nas quantidades médias ponderadas de ações ordinárias em poder dos acionistas em circulação durante os exercícios apresentados. Diluído: calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias e ações ordinárias potenciais diluidoras em circulação durante os exercícios apresentados. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo no lucro por ação. **l) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio:** A distribuição de dividendos e os juros sobre o capital próprio para os acionistas são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras, sendo o primeiro com base no estatuto social da Companhia e o segundo conforme aprovação extemporânea. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral

continua ...